Fica posicionado na lista geral de antiguidade do seu QE, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

6 de Janeiro de 2005. — O Chefe da Repartição, *José Caetano de Almeida e Sousa*, COR ART.

Instituto de Odivelas

Despacho n.º 1558/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 18 981/2003 (2.ª série), de 3 de Outubro, do Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego competências na subdirectora deste Instituto 91015499, Graça Maria de Oliveira Durães Alves Martins, para, no âmbito deste estabelecimento de ensino, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais actos decisórios, até ao limite de € 25 000, previstas pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004.

15 de Novembro de 2004. — A Directora, *Margarida de Raimond*.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 152/2005 (2.ª série). — Manda o Governo pelos Ministros de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, exonerar o sargento-ajudante SM (15053581) Fernando Manuel Gomes Fontes, do cargo de amanuense/arquivista do gabinete conjunto do adido de defesa junto da Embaixada de Portugal em Londres, Reino Unido, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 1890/2001 (2.ª série), de 6 de Novembro, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 271, de 22 de Novembro de 2001.

A presente portaria produz efeitos desde 1 de Dezembro de 2004. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 1559/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 8 de Outubro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira da Direcção de Serviços Financeiros, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as oito candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Maria Judite Silveira Gamboa cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho

de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a técnica economista de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Maria Judite Silveira Gamboa para o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira da Direcção de Serviços Financeiros.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

4 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

ANEXO

Curriculum vitae

(resumido)

Dados pessoais:

Nome — Maria Judite Silveira Gamboa;
Naturalidade — Campolide, Lisboa;
Estado civil — casada;
Data de nascimento — 19 de Julho de 1960;
Categoria profissional — técnica economista de 1.ª classe, desde Maio de 1998.

Habilitações académicas — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE, concluída em Julho de 1985.

Percurso profissional:

Ingressou na DGCI, em 15 de Janeiro de 1987, com a categoria de técnica verificadora tributária, transitando para a categoria de perita de fiscalização tributária de 2.ª classe a partir de 13 de Janeiro de 1998, por urgente conveniência de serviço; Adjunta para a área fiscalização no ex-9.º bairro fiscal de Lisboa, de Janeiro de 1989 a Setembro de 1990;
Coordenadora do Serviço Editorial Ciência e Técnica Fiscal, de Setembro de 1995 a Julho de 1997;
Nomeada perita de fiscalização de 1.ª classe, precedendo concurso, em Abril de 1997;
Nomeada técnica economista de 1.ª classe, precedendo concurso, em Maio de 1998;
Nomeada chefe de divisão de Gestão Financeira da Direcção de Serviços Financeiros, em 24 de Setembro de 2001 e em 28 de Novembro de 2003, por impedimento do titular e por vacatura do lugar, respectivamente.

Experiência profissional:

Na área da inspecção tributária:

Exercício das funções de detecção e averiguação de actos, factos ou situações susceptíveis de configurar incumprimento de obrigações tributárias, realização de exames e verificações necessárias ao controlo da veracidade e conformidade das declarações apresentadas pelos contribuintes, e apuramento da respectiva situação tributária, dando notícia das infracções detectadas, bem como prestando informações ou executando as diligências que fossem solicitadas à fiscalização tributária no âmbito da tramitação dos processos administrativos ou judiciais;
Coordenação de acções de inspecções a empresas sujeitas ao regime de transparência fiscal;
Realização de várias inspecções a contribuintes indiciados da prática de crimes fiscais, elaboração de relatórios e respectivos autos de notícia pela prática daqueles crimes, bem como a instrução dos processos para efeitos de averiguações. Nomeação como testemunha do Ministério Público em processos de crime fiscal;

Na área da auditoria interna na DGCI:

De Junho de 1997 a Agosto de 2001, realização de diversas auditorias no âmbito das despesas públicas;
Nomeada instrutora pela Inspecção-Geral de Finanças no âmbito de uma sindicância realizada à DGCI por aquele organismo;

Na área financeira:

Preparação, execução e controlo dos orçamentos anuais da DGCI, elaboração e apresentação das contas de gerência (PIDDAC, FET e DGCI);
Assegurar a adequada gestão orçamental, controlando a despesa e elaborando mapas e relatórios de execução e avaliação orçamental imprescindíveis ao adequado controlo de gestão (PIDDAC, FET e DGCI);
Preparação de processos para aquisição de bens e serviços;
Verificar a legalidade e conformidade dos pagamentos efectuados nos serviços centrais;